

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1575 | 17 A 22 DE JUNHO DE 2019



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/5585991295101)

#GREVEGERAL

TRABALHADORES NAS RUAS CONTRA AS AMEAÇAS DO GOVERNO BOLSONARO



É PRECISO APURAR AS DENÚNCIAS DO PORTAL THE INTERCEPT BRASIL

As reportagens publicadas no dia 9 de junho pelo portal The Intercept Brasil podem se transformar numa das principais crises do governo Bolsonaro. Elas atacam diretamente a imagem de um dos principais integrantes do governo, o ministro da Justiça, Sérgio Moro.

As conversas vazadas pelo The Intercept Brasil revelam que o então juiz Sérgio Moro não tinha isenção necessária para julgar e adotou postura ostensiva em favor da acusação, sob comando do procurador Deltan Dallagnol.

A Constituição brasileira estabelece o sistema acusatório no processo penal, no qual as figuras do acusador e do julgador não podem se misturar. Nesse modelo, cabe ao juiz analisar de maneira imparcial as alegações de acusação e defesa. Mas, as conversas entre Moro e Dallagnol demonstram que o atual ministro se intrometeu no trabalho do Ministério Público – o que é proibido –, atuando informalmente como um auxiliar da acusação.

O site divulgou conversas, através do aplicativo de mensagens Telegram, mostrando que Moro e Dallagnol combinaram ações da Força Tarefa da Lava Jato de Curitiba, o ex-juiz cobrando a demora em realizar novas operações, orientações e dicas de como a força-tarefa deveria proceder. E mais, que o procurador tinha dúvida sobre as acusações de propina da Petrobras do caso do triplex no Guarujá, usado para incriminar o ex-presidente Lula. As denúncias feitas pelo portal são graves e os princípios democráticos que ainda regem esse país exigem que elas sejam apuradas o mais rapidamente possível e de forma transparente.

Os movimentos sindicais, sociais e populares vêm denunciando desde o golpe institucional de 2016 os atropelos à nossa democracia, causados pela politização do Poder Judiciário – em particular, da Operação Lava Jato – o que contribuiu diretamente para a instauração de um estado de exceção que se desdobrou na prisão, sem provas, do ex-presidente Lula. As denúncias do site confirmam os posicionamentos que adotamos.

Sempre alertamos os trabalhadores, sobretudo a categoria bancária, que o conteúdo desse estado de exceção era o ataque aos direitos da classe trabalhadora brasileira, como aconteceu com o advento da “reforma trabalhista”, e, como hoje, se pretende fazer com o desmanche da Previdência e com a privatização/fatiamento das nossas empresas públicas.

Alertamos ainda sobre as irregularidades e elementos de fraude que marcaram as eleições presidenciais, a começar pelo impedimento da participação do candidato que era o favorito em todas as pesquisas: Lula. Agora, pela boca de procuradores da Lava Jato aparecem as manobras ilegais que foram usadas até mesmo para impedir uma entrevista do ex-presidente, aprisionado em Curitiba, para “não favorecer Haddad no 2º turno”. As revelações indicam, no mínimo, um conluio entre o então juiz Sérgio Moro, que deveria ser imparcial, e os procuradores da Lava Jato, responsáveis pela acusação. Se confirmadas, elas colocam em questão a própria legitimidade do atual governo.

Exigimos a apuração dos fatos revelados e que os implicados nessas denúncias sejam afastados imediatamente de suas responsabilidades para que a investigação não sofra nenhum tipo de constrangimento. De nossa parte, jamais abandonaremos a defesa dos direitos da classe trabalhadora e da democracia.



Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 – 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

GREVE GERAL: BANCÁRIOS DO CEARÁ VÃO ÀS RUAS EM DEFESA DA APOSENTADORIA E DOS BANCOS PÚBLICOS

Os bancários cearenses aderiram à greve geral do último dia 14/6, organizada pelas centrais sindicais e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo em defesa da Previdência pública. Cerca de 70 agências bancárias paralisaram suas atividades, incluindo Capital e Interior. Em Fortaleza, a paralisação foi concentrada no Centro da cidade, mas em diversos bairros também houve adesão ao movimento.

A categoria se juntou à marcha dos trabalhadores que se concentraram na Praça da Bandeira e, durante a manhã, percorreram as principais ruas do Centro de Fortaleza, em caminhada que terminou na Praça do Ferreira.

O presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo, afirmou que os trabalhadores deram um importante recado ao governo Bolsonaro contra os absurdos propostos para a Previdência. “O movimento sindical bancário é um dos mais fortes e atuantes do país. Por isso mais uma vez estamos exercendo nosso legítimo direito de greve, e por motivos fundamentais: pela defesa do direito à aposentadoria ameaçada pela proposta de reforma do atual governo. E contra todos os retrocessos que estamos vivendo no país, como o desmonte da Caixa e do BB, dos projetos sociais, os cortes na educação e o alarmante nível de desemprego”, ressaltou ele.

Pelo menos outras 15 cidades do Ceará registraram atos e caminhadas referentes à greve geral e, em muitos municípios, houve bloqueios das rodovias. Estudantes e diversas categorias profissionais foram mobilizados para os atos. Foram registradas manifestações nos municípios de Juazeiro do Norte, Monsenhor Tabosa, Itapipoca, Beberibe, Iracema, São Gonçalo do Amarante, Iguatu, Crateús, Sobral, Cedro, Jaguaribe, Baturité, Quixadá, Russas, Quixeramobim, Tauá e Paracuru.

Em Fortaleza, o protesto contra os atos do governo federal iniciou por volta das 8h30, quando a Av. da Universidade, no Benfica, foi bloqueada por manifestantes que, em seguida, seguiram para a grande concentração na Praça da Bandeira.



Fotos: Normando Ribeiro – SEEB/CE



SANTANDER: LUTA LEVA AO ENCERRAMENTO DO PROJETO DE “ORIENTAÇÃO FINANCEIRA”

O Santander entrou em contato com a representação dos trabalhadores no último dia 7/6 e comunicou o encerramento antecipado do projeto de “orientação financeira”, com bancários trabalhando “voluntariamente” aos sábados. No dia 6/6 o projeto já havia sido descontinuado em nove das 29 agências com atendimento programado. A proposta inicial era encerrar o projeto no dia 29 de junho.

Nos seis sábados as agências ficaram às moscas. Sindicalistas foram para essas agências com o intuito de mostrar as contradições da ação do banco, que se propunha a dar “orientação financeira”, mas cobra altas taxas e tarifas dos brasileiros. Nas atividades, os dirigentes também esclareceram os “voluntários” sobre os riscos aos quais ficam expostos ao trabalhar “voluntariamente” para seu próprio empregador aos sábados.

“O encerramento antecipado do projeto é uma grande vitória do movimento sindical. Trabalho voluntário deve ser feito em alguma instituição que vise o bem-estar social e não em um banco, que tem como objetivo o lucro. Além disso, ‘educação financeira’ é respeitar o cliente, reduzindo juros e tarifas praticadas e contratando bancários, num ambiente de trabalho saudável, para prestar um atendimento de qualidade”

Aílson Duarte, diretor do Sindicato e funcionário do Santander



O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico dos bancários do Santander, estabelece em sua cláusula 35, que as demandas do banco e dos empregados inerentes à relação de trabalho, devem ser tratadas no Comitê de Relações Sindicais.

Além disso, o procedimento fere o artigo 224 da CLT e a lei 4.178/1962 – esta, por sua vez, é clara ao determinar que estabelecimentos de crédito não funcionarão aos sábados, em expediente interno ou externo.

EMPRESAS PÚBLICAS: STF LIBERA O GOVERNO PARA ENTREGAR PATRIMÔNIO PÚBLICO SEM AVAL DO CONGRESSO

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou dia 6/6 o julgamento sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 5624, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), para questionar a necessidade de autorização legislativa para a venda de empresas estatais. Após votação dos onze ministros e muito debate, o presidente da Corte, Dias Toffoli, decidiu que somente a venda de “empresas-mãe” ou matrizes, como a Petrobras, por exemplo, exigem autorização legal do Legislativo e licitação.

Já a venda do controle das subsidiárias, que são controladas pelas estatais, não necessita de autorização legislativa, desde que siga os princípios da administração pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal (CF).

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, discordou da decisão do STF. “O Supremo lava as mãos ao liberar o governo pra entregar o patrimônio público sem ter que passar pelo Congresso. Isso é um retrocesso para soberania nacional. O correto seria um plebiscito nacional para perguntar aos verdadeiros donos, o povo brasileiro, se querem torrar nosso patrimônio nacional”.

O resultado do julgamento, que teve início no dia 30 de maio, foi alcançado a partir do voto médio, o entendimento que representa um meio termo entre os votos apresentados no julgamento.

O relator, ministro Ricardo Lewandowski, e o ministro Edson Fachin, votaram no sentido de referendar integralmente a liminar. Os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso não referendaram a liminar. A ministra Cármen Lúcia acompanhou o voto do relator. A minis-

tra Rosa Weber considera o processo licitatório é imprescindível apenas para a venda da empresa-matriz. O ministro Gilmar Mendes também referendou, em parte, a liminar concedida na ADI 5624. De acordo com ministro, é dispensável a autorização legislativa específica para a alienação do controle acionário de subsidiárias. O ministro Marco Aurélio considera desnecessária a exigência de lei específica para a venda de ações das empresas subsidiárias. O ministro Luiz Fux afirmou que a Lei 13.303/2016 dispensa a realização de processo licitatório. O ministro Celso de Mello também afirmou que a alienação do controle de subsidiárias de empresas públicas não exige lei. Por fim, o ministro Dias Toffoli, presidente da Corte, considerou desnecessária a autorização legal prévia para a venda de ações de empresas subsidiárias ou controladas por empresas estatais.

ADEUS CONCURSOS**NOVAS SELEÇÕES ESTÃO
SUSPENSAS POIS, SEGUNDO GUEDES,
JÁ HÁ SERVIDORES DE MAIS**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, em audiência na Câmara Federal, que os governos anteriores contrataram servidores públicos em excesso e concederam reajustes salariais “ferozmente”. Segundo ele, por causa do inchaço da máquina pública, o governo optará por não realizar concursos públicos nos próximos anos. Ele não disse por quanto tempo os processos seletivos ficarão suspensos.

Já em abril, o governo Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020 sem a previsão de realização de concurso público. Pouco antes, Guedes afirmou que o governo estava cortando concursos e reduzindo drasticamente o número de funcionários. “Acabou o empreguismo, não tem mais isso”, disse. O projeto da LDO poderá ser alterado pelo Legislativo e deve ser votado pelo Congresso até 17 de julho, ou os parlamentares não poderão entrar em recesso. A etapa final é a sanção presidencial.

A ideia de que há excesso de servidores públicos no Brasil é rechaçada por



Pedro Armengol, secretário-adjunto de Relações de Trabalho na CUT e diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef / Fenadsef) que representa 80% dos servidores do Executivo Federal. Segundo ele, o fato concreto é que a não reposição dos futuros aposentados nos próximos anos causará o caos nos serviços prestados à população em áreas essenciais com saúde, educação

e Previdência Social. “Quem vai pagar pelo fim dos concursos é a população, que já vem sofrendo com a precarização dos serviços públicos. Só com a emenda do Teto dos Gastos (EC 95), que congelou os investimentos por 20 anos, se estima que em 10 anos haverá um colapso na saúde, educação e saneamento. Agora, acrescente a esse cenário a falta de pessoas para atender a população. É o caos”, afirma.

Não é a primeira vez que o ministro menciona o funcionalismo público em audiência sobre a Previdência na Câmara. No mês passado, na comissão especial sobre o tema, Guedes afirmou que parte da culpa pelos “desvios” e pela “roubalheira” que atingiu o país nos últimos anos é dos funcionários públicos. Na ocasião, a CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) rechaçou a fala do ministro. “Essa declaração é tão estapafúrdia, tão absurda, que nos autoriza a concluir uma coisa: o ministro sequer sabe o que é servidor público”, disse João Domingos Gomes dos Santos, presidente da CSPB.

FORMAÇÃO: SINDICATO INICIA AULAS DO CURSO CPA-10

No último dia 10 de junho foram iniciadas as aulas do curso preparatório para o exame CPA-10 (Anbima). As aulas prosseguem até o próximo dia 18/6.

O curso é exclusivo para bancários sindicalizados e é realizado em parceria com o professor João Henrique Lemos, com o objetivo de atender uma demanda permanente da categoria bancária, além de contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional e ascensão no mercado do trabalho.

A CPA-10 certifica profissionais que atuam na prospecção ou venda de produtos de investimento diretamente para o público, em agências bancárias ou plataformas de atendimento.



REAJUSTE SALARIAL FINANCIÁRIOS TERÃO AUMENTO DE 5,83% EM 2019

O IBGE divulgou dia 7/6 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de maio. A variação acumulada nos últimos 12 meses ficou em 4,78%. Somado o aumento real de 1%, acordado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), o reajuste dos financeiros será 5,83%, no salário e nas demais cláusulas econômicas.

Este reajuste é uma conquista da campanha realizada em 2018, quando se firmou um acordo de dois anos que garantiu o aumento real de 1% acima da inflação neste ano, uma vitória diante da atual conjuntura enfrentada pela classe trabalhadora.

PLR – A primeira parcela da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) pode ser paga até dia 20 de setembro. Pela regra básica os trabalhadores têm direito a receber o valor referente a 90% do salário, mais um valor fixo de R\$ 2.826,60. Além deste valor, há um adicional de 20% do valor fixo, que será de R\$ 565,32. Além da primeira parcelada da PLR, os funcionários do Itaú ligados às financeiras receberão os valores correspondentes ao Programa Complementar de Resultados (PCR). O reajuste também incide sobre vales alimentação e refeição, gratificações e demais cláusulas econômicas da CCT da categoria.

ITENS DA CCT	2017	2018	2019
Reajuste Salarial	4,38%	3,00%	5,83%
PISOS			
Portaria	1.495,71	1.540,58	1.630,40
Escritório	2.159,76	2.224,55	2.354,24
Caixa e Tesoureiro	2.280,83	2.349,26	2.486,22
GRATIFICAÇÕES			
Gratificação de Caixa	523,76	539,47	570,92
Outras Verbas de Caixa	-	-	-
Adicional por Tempo de Serviço	30,45	31,36	33,19
AUXÍLIOS			
Auxílio Refeição	34,74	35,78	37,86
Auxílio Alimentação	554,01	570,63	603,89
Auxílio Creche/Babá (filhos até a idade de 71 meses)	375,33	386,59	409,13
Auxílio Funeral	1.218,93	1.255,50	1.328,69
Morte e Invalidez por Assalto	142.031,54	146.292,49	154.821,34
Auxílio Transporte (Noturno)	185,63	191,20	202,35
Complementação do Auxílio Doença	661,29	681,13	720,84
Requalificação Profissional	1.401,06	1.443,09	1.527,22
13º Auxílio Alimentação	554,01	570,63	603,89
Cláusula Penal	37,17	38,28	40,51
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
PLR - REGRA BÁSICA			
90% do salário + valor fixo de:	2.593,09	2.670,88	2.826,60
Teto da Regra Básica	12.375,27	12.746,53	13.489,65
PLR - Parcela Adicional (20% da parcela fixa)	518,62	534,18	565,32
Antecipação PLR (10 dias após a assinatura)			
Pagamento do Valor fixo de:	1.555,85	1.602,53	1.695,96

CONVÊNIO: SINDICATO E COLÉGIO DARWIN AGORA SÃO PARCEIROS. APROVEITE AS VANTAGENS!

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou parceria com o Colégio Darwin. Através do convênio, os associados e seus dependentes terão direito a descontos especiais.

O Colégio Darwin oferece formação de qualidade para alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio há 20 anos. Referência no segmento da educação de Fortaleza, o Colégio Darwin atua no desenvolvimento da competitividade educacional e autonomia moral e intelectual dos estudantes. Caminhando com valores como a cultura de paz, aprendizagem contínua, cidadania e ética, a escola vem cumprindo a sua missão de educar, formar e transformar o aluno com a parceria da família.

Com a parceria, haverá concessão de descontos de até 40% sobre o valor das parcelas da anuidade. Confira a tabela abaixo:

EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS	MANHÃ	TARDE
1 FILHO	20%	25%
2 FILHOS	25%	30%
3 FILHOS	30%	35%
FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO	MANHÃ	TARDE
1 FILHO	20%	30%
2 FILHOS	25%	35%
3 FILHOS	30%	40%

MAIS INFORMAÇÕES

Rua Ildefonso Albano, 1030, Aldeota – Fone: (85) 3221-2820

E-mail: priscila.vince@colegiodarwin.com.br

Site: www.colegiodarwin.com.br

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: NOVA AÇÃO DO GOVERNO REFORÇA ENFRAQUECIMENTO DO BANCO



“Quem perde com isso é o povo brasileiro. Com essas medidas do governo, o banco perderá sua capacidade de investimento para contribuir com o desenvolvimento do país. Além disso, o ambiente de trabalho dentro do banco tem ficado cada dia mais precarizado. É preciso reagir e unirmos forças para derrotar esses desmandos do governo Bolsonaro”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae

O governo federal anunciou dia 12/6 mais uma ação que visa o enfraquecimento da Caixa Econômica Federal, para sua privatização. O presidente do banco, Pedro Guimarães, disse que está realizando a devolução de R\$ 3 bilhões para a União. O ministro da Economia, Paulo Guedes, participou do anúncio.

Os recursos foram injetados durante os governos Lula e Dilma para turbinar a concessão de crédito em meio à crise internacional, por meio do chamado Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) sem prazo de pagamento. Quem decide a devolução do recurso é quem o recebe. O governo não poderia fazer esta ingerência na Caixa. Portanto, esta ação coordenada entre governo e banco pode ser considerada ilegal. O próprio Pedro Guimarães confessou que foi uma determinação do governo.

“Na prática, isso é uma ingerência política do governo, do Ministério da Fazenda, em cima da Caixa. É um recurso

que a Caixa não precisava ter devolvido agora”, diz o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

Esses recursos não podem ser contabilizados como receitas primárias, ou seja, para uso no orçamento da União em gastos dos ministérios. Os valores são classificados como financeiros e, deste modo, podem ser utilizados apenas para o abatimento da dívida pública. Isto significa que o governo pegará o dinheiro dos bancos públicos e portará nos bancos privados, que são os principais detentores da dívida pública. Ou seja, os privados ganharam mais dinheiro com a especulação financeira, enquanto os públicos – que têm o papel de fazer investimentos para o desenvolvimento social do país – terão seus recursos enxugados.

A estratégia da instituição financeira é de devolver outros R\$ 17 bilhões até o fim de 2019. Para isso, segundo o governo, a Caixa terá de privatizar suas operações.

Breves

Estabilidade pré-aposentadoria

A 27ª cláusula da CCT assegura aos bancários que trabalhem 28 anos e às bancárias que trabalhem 23 anos no mesmo banco a estabilidade ao emprego nos dois anos imediatamente anteriores à aposentadoria. Há também a previsão de estabilidade por um ano (mesma cláusula) àqueles trabalhadores que tenham o mínimo de cinco anos de vínculo com o banco. No entanto, para ter direito a essas estabilidades, é indispensável que os trabalhadores entreguem uma comunicação escrita informando a condição, acompanhada dos documentos que comprovam o tempo para requerer o benefício da aposentadoria: cópia da carteira de trabalho e Extrato Previdenciário com todos os vínculos trabalhistas e previdenciários.

Banqueiros chegam a ganhar 800x mais que bancários

Itaú, Bradesco e Santander pagam as maiores remunerações do país. Mas para suas diretorias executivas. A maior delas, que inclui salários mensais, bônus e outras vantagens, é paga a um membro da diretoria do Itaú: R\$ 46,8 mi, o equivalente a quase R\$ 4 milhões/mês, segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O valor corresponde a 832 vezes aquilo que recebeu um escriturário do Itaú no mesmo ano. A lista de maiores remunerações recebidas no ano passado traz, na sequência, a diretoria estatutária do Santander (R\$ 43 milhões), Bolsa de Valores (R\$ 37,849 mi) e do conselho de administração do Bradesco (R\$ 27,684 mi). Os diretores executivos do Santander receberam 765 vezes mais do que os escriturários. No Bradesco, o presidente do conselho de administração recebeu R\$ 27,6 milhões (491 vezes o que um escriturário ganhou em 2018). As injustiças não se restringem às diferenças de remuneração. O sistema tributário brasileiro ajuda a aumentar o fosso social entre trabalhadores e altos executivos.

BANCO DO BRASIL

FUNCIONÁRIOS AVALIAM ESTRATÉGIAS PARA A CASSI

As entidades que fazem parte da mesa de negociação da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) se reuniram dia 5/6 para avaliarem o processo de votação da proposta de manutenção da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi). A reunião ocorreu em Brasília, na Sede da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb).

Tanto as entidades que defenderam a aprovação da proposta (Contraf-CUT, Anabb, AAFBB, Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB), quanto a que defendeu a rejeição (Contec) participaram da reunião. Nos debates foram feitas avaliações sobre o processo de votação em cada entidade e com suas bases de representados, análise sobre os pontos polêmicos da alteração estatutária e também a situação financeira da Cassi, considerando que não entrarão recursos novos suficientes para a cobertura do déficit no balanço da Caixa de Assistência.

Os representantes apresentaram suas considerações sobre os pedidos de retorno e continuação das negociações enviados ao Banco do Brasil e de informações sobre o

“A reunião foi importante para a avaliação do cenário interno e externo do BB e da Cassi, bem como para definir ações a serem realizadas a partir dos

próximos acontecimentos, como uma possível intervenção da ANS e as próximas reuniões da diretoria e conselhos da Cassi.

Vamos cobrar do BB a retomada das negociações e continuaremos a buscar soluções e a defender os associados e a Cassi”

Valdir Maciel, diretor do Sindicato e funcionário do BB



andamento do processo de intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As entidades definiram que continuarão a realizar ações junto ao Banco do Brasil para a retomada do processo de negociação, bem como acompanhar as próximas reuniões da diretoria e conselhos da Cassi e do banco.



PARCERIA COM AS ÓTICAS MULLER OFERECE DESCONTOS AOS ASSOCIADOS

Óticas Müller e o Sindicato dos Bancários do Ceará firmaram uma nova parceria com a finalidade de oferecer descontos especiais aos bancários associados e seus dependentes.

Além dos descontos dessa parceria são diversas vantagens que as Óticas Müller oferecem aos conveniados: profissionais capacitados e qualificados; consultores de venda preparados para atender a necessidade do cliente; serviços personalizados com atendimento “in loco”; mix de produtos com armações para óculos de grau e óculos esporte, das melhores marcas mundiais, com garantia do fabricante. Além disso, a ótica dispõe de laboratórios renomados mundialmente no ramo óptico.

Venha usufruir dessa parceria!

Fortaleza: Av. Beira Mar 3960 – Loja 13

Guaramiranga: No Centro (quase em frente ao Chocoberry)

Telefones: (85)98898.6322 // (85)3182.0632

www.oticasmuller.com.br

Instagram @oticasmuller

Facebook: oticasmuller

Brasil na lista suja da OIT

O Brasil entra na “lista suja” de países que serão examinados por suspeitas de violar as convenções internacionais do trabalho. No centro do debate está a Convenção 98 da OIT e a reforma trabalhista. O termo “lista suja” é usado para designar países que serão questionados por conta de suas práticas. Agora, sob o risco de ser criticado, o governo brasileiro sugeriu mudar as regras do processo no Comitê. O governo também avisou que não aceitaria que assuntos domésticos brasileiros sejam levados em consideração pela OIT ao avaliar as leis trabalhistas.

Informalidade traz prejuízo

Reportagem da Revista Brasil Atual aponta que o país deixou de arrecadar, em 2018, cerca de R\$ 382 bilhões em tributos devido à economia informal, o equivalente a 5,6% do PIB, de acordo com levantamento realizado por Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Só no início deste ano, o IBGE apontou um recorde de 11,2 milhões de empregados sem carteira assinada, outros 23,3 milhões autônomos. O diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, explica que o aumento de postos informais tem uma repercussão negativa sobre os governos, que deixam de arrecadar, além de causar impactos também na Previdência Social, que perde contribuições.

MP do porte de arma

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, dia 12/6, sete projetos de decreto legislativos que tornam sem efeito o decreto de Bolsonaro que flexibiliza o porte de armas. Os PDLs tramitam em conjunto e agora irão para a análise do Plenário, em regime de urgência. A CCJ adotou como parecer o voto de Veneziano Vital do Rego (PSB/PB). Para ele, Bolsonaro “extrapolou o poder regulamentar”, pois o decreto alterou profundamente o significado do Estatuto do Desarmamento.